

Codam: Projeto para beneficiamento de castanha em Humaitá abre porta para estruturação de cadeia produtiva



A instalação da fábrica da HumaitaNuts para beneficiamento de castanha desidratada seca na cidade de Humaitá, aprovada nesta quarta-feira (25), pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), é uma operação estratégica na tarefa de estruturar uma cadeia produtiva neste segmento, segundo o diretor do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas (Idam) Malvino Salvador. O Amazonas é o maior produtor de Castanha do Brasil do País mas o Pará se mantém como maior exportador do produto.

O projeto de produção da HumaitaNuts está estimado em R\$ 2,6 milhões e prevê processos automatizados de beneficiamento da castanha. Essa modernização dos processos de beneficiamento deve agregar valor a toda cadeia produtiva desse fruto. “Esse avanço na industrialização da castanha certamente ajudará na composição de preço para os extrativistas. É preciso inseri-los no mercado de uma vez por toda”, disse Malvino Salvador.

DESTAQUE VITRINE

Postado em 25/04/2018

O vice-presidente da Federação da Agricultura do Amazonas (FAE), José Azevedo, disse que projeto de aproveitamento do imenso potencial de recursos naturais do Estado sempre foi um caminho natural, e o único que pode fixar o homem no interior.

O secretário de estado de Planejamento Oreste Schneider destacou que o Amazonas precisa ter alternativas de desenvolvimento. “Não pode haver interiorização do desenvolvimento sem projetos nas áreas de agropecuária e mineração”, afirmou. Schneider lembrou que a mesma distorção na cadeia de produção da castanha, cuja exportação concentra-se no Pará, acontece com as reservas de minério existentes no Estado. Embora seja o maior produtor de estanho o Amazonas perde para São Paulo a condições de exportador do produto.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO

Presidindo a reunião do Codam, o secretário de estado de Fazenda, Alfredo Paes, fez questão de esclarecer que o projeto que altera o Código Tributário do Amazonas, em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado que as empresas instaladas no interior, assim como o Comércio, não serão prejudicadas. “A determinação do governador Amazonino Mendes era que fossem revisados os artigos para que houvesse justiça na concessão de benefícios tanto para o comércio quanto para indústria. Nós estamos adequando a legislação. Isso está dando resultados como a revogação do MVA, que prejudicava o comércio. O crédito presumido para o interior está sendo adequado, é necessário que as empresas que tenham projetos no interior usem o crédito presumido”. detalhou.

PAUTA APROVADA

A pauta da 173ª reunião do Codam, que relacionava 32 projetos industriais estimados em R\$ 345 milhões, foi aprovada na íntegra. Os projetos diversificados aprovados incluíram de castanha a brinquedos e terminais para transações comerciais.

Do total de projetos encaminhados pelos investidores 10 são de implantação, 16 de diversificação e 6 de atualização. O Codam é a instância do Governo do Estado responsável pela concessão de incentivos fiscais com vistas ao desenvolvimento da capital e cidades do interior. O Conselho é formado por 18 representantes de instituições de fomento, pesquisa além de órgãos do governo estadual e federal, como Suframa, Setrab, Prefeitura de Manaus, e representantes de entidades de classe.